

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007
Área Temática: Crédito - Pronaf

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

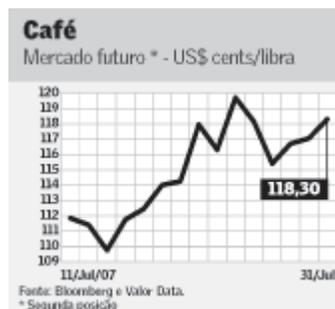
Agosto de 2007

Índice

Recursos para produtor – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Commodities Agrícolas - 01/08/2007	4
Portarias tornam mais ágil o acesso a financiamentos do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 02/08/2007.....	4
Secretário de Agricultura Familiar destaca na Agrifam (SP) os avanços do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 03/08/2007	5
Pequenos agricultores querem solução para dívida agrícola - Raquel Casiraghi - Sítio Eletrônico do MST - 03/08/2007.....	6
Cassel anuncia R\$ 5 milhões para agricultura familiar em Pernambuco – Sítio Eletrônico do MDA – 06/08/2007	7
Portarias agilizam o acesso a financiamentos do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 06/08/2007	8
Renda interna aumenta e ajuda agricultura familiar – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2007.....	8
Pequenos se aperfeiçoam e fazem agroindústria ganhar musculatura –Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2007.....	10
Programa cria centro de criação de matrizes – Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007	11
Aquisição de crédito rural dá três opções de seguro – Luiz Gallo- Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007	12
Bancos privados devem ampliar oferta de crédito rural nesta safra - Cibelle Bouças e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/08/2007	12
Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 1,25 bilhão na agricultura familiar em Minas Gerais – Sítio Eletrônico do MDA – 13/08/2007	13
EFEITO CAMBIAL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007	15
PERDAS ELEVADAS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007	15
CRÉDITO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007	15
DISTRIBUIÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007	15
PARTICIPAÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007	15
Renda agrícola deve crescer 12% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007	16
Ruralistas barganham para aprovar CPMF – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 15/08/2007	17
Segunda Quinzena	
Destino do Funcafé provoca racha no setor - Mônica Scaramuzzo e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/08/2007.....	17
Renegociação de dívidas do Pronaf beneficia 1,6 milhão de famílias no País – Sítio Eletrônico do MDA – 17/08/2008.....	19

Recursos do Funcafé irão financiar os leilões de Pepro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007	21
Banco do Brasil é acusado de "venda casada" – José Machio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007	21
Banco diz que não recebeu notificação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007	23
Poucos sabem o que é a conta governamental – José Maschio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007	24
Cassel ressalta o aumento do crédito às trabalhadoras na Marcha das Margaridas – Sítio Eletrônico do MDA – 21/08/2007	24
PRORROGAÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007	26
INVESTIMENTOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007	26
PAGAMENTO MÍNIMO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007	26
Técnico da SAF destaca zoneamento e novidades no Seguro da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 28/08/2007	26
Crédito do Pronaf é tema de capacitações de técnicos em cinco estados – Sítio Eletrônico do MDA – 28/08/2007	27
Decreto Presidencial formaliza rebate sobre parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 29/08/2007	27
Fora de compasso I – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 30/08/2007	28
Fora de compasso II – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 30/08/2007	28
SAF inicia rodada de cursos sobre Seguro da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2007	29
Resolução do CMN confirma regras para rebate das parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2007	30
Ruralistas iniciam nova ofensiva para rolagem de dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007	31
Plano Safra 2007/2008 prevê R\$ 1,4 bilhão para agricultores familiares de SC – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2007	33

Recursos para produtor – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Commodities
Agrícolas - 01/08/2007



O governo federal liberou R\$ 100 milhões ao Banco do Brasil para o crédito de custeio do café. Os recursos transferidos ao BB fazem parte do orçamento de R\$ 2,026 bilhões do Funcafé para apoiar a cafeicultura neste ano. Dos 2,026 bilhões, R\$ 426 milhões destinam-se ao custeio. Os preços futuros do café fecharam em alta nas bolsas internacionais, puxados por compras de especuladores e de fundos, segundo analistas ouvidos pela Dow Jones. Em Nova York, os contratos para dezembro encerraram a US\$ 1,1830 a libra-peso, aumento de 125 pontos. Em Londres, os contratos para setembro fecharam a US\$ 1.835 a tonelada, alta de US\$ 8. No mercado paulista, a saca de 60 quilos do grão encerrou o dia a R\$ 240,48, segundo o índice Cepea/Esalq. A colheita de café arábica no país deve se encerrar em setembro.

Portarias tornam mais ágil o acesso a financiamentos do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 02/08/2007

As últimas providências necessárias à concessão de financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram concluídas nesta quinta-feira (2) pelo Ministério da Fazenda. As Portarias de Equalização foram assinadas e serão publicadas no Diário Oficial da União de segunda-feira (6).

A partir daí, segundo o ministro interino do MDA, Marcelo Cardona, a liberação dos financiamentos de custeio passarão a ter a velocidade mais adequada à necessidade dos agricultores familiares em todo o País.

Um novo financiamento só se efetiva quando o anterior é quitado pelo agricultor familiar. Por essa razão, o agricultor que quiser antecipar os financiamentos de custeio desta safra 2007/2008 pode providenciar a antecipação dos pagamentos da safra anterior, de 2006/2007.

Os Bancos do Brasil (BB), da Amazônia (Basa) e do Nordeste do Brasil (BNB), que operam com Fundos Constitucionais, já vinham concedendo financiamento para esta nova safra. Os recursos que passam a ser disponibilizados agora são os dos bancos cooperativados e, também, dos que operam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Basa, Bansipecred e Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop).

Secretário de Agricultura Familiar destaca na Agrifam (SP) os avanços do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 03/08/2007

“Um novo conceito de agricultura familiar”. Foi o que destacou o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Sanches Peraci, durante a abertura de mais uma edição da Feira de Agricultura Familiar e do Trabalho Rural (Agrifam), nesta quinta-feira (2), em Agudos (SP).

Segundo o secretário, há um grande esforço do Governo Federal, não somente por meio do crédito mas, também, da pesquisa e da extensão rural, para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. “Nesta safra 2007/2008, serão disponibilizados para o estado de São Paulo R\$ 410 milhões em recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). É mais dinheiro, com recursos mais baixos e com mais qualidade”, disse ele.

Em sua fala, Peraci reforçou a importante iniciativa de eventos como a Agrifam e o diálogo do Ministério com todos os setores, citando como exemplo a parceria com a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL) na formulação da política setorial do MDA para o leite. Dados apontam que os agricultores familiares cuja atividade principal é a leiteira acessam o Pronaf em 65% do total de crédito disponibilizado.

Na abertura da Agrifam, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio de Freitas, que ressaltou o cooperativismo aliado à agricultura familiar e a importante ‘aceitação e trânsito’ da Organização com o MDA, que tem possibilitado a discussão de idéias e o diálogo.

Também participaram da abertura o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, João de Almeida Sampaio; o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Braz Albertini; o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto; além de autoridades como secretários municipais de Agricultura de São Paulo e vereadores.

Ao final da solenidade, o secretário da SAF/MDA e outras autoridades participaram do lançamento do Projeto Neutralização de Carbono – Agricultura Familiar e Aquecimento Global, em um ato simbólico de plantio de mudas de várias espécies dentro da Agrifam.

Crédito em debate

À tarde, Peraci falou para um público de cerca de 150 pessoas, dentre elas representantes de agricultores, de indústrias de máquinas agrícolas, associações, agentes financeiros e quilombolas. No auditório montado na Agrifam, o tema do debate foi o Pronaf e suas ações no estado de São Paulo. Participaram da mesa a delegada federal do MDA no estado, Maria Judith Magalhães Gomes, e representantes da Abimaq e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Após uma rodada de perguntas do público presente, o secretário da SAF/MDA abordou as ações do governo, em específico o Pronaf, e a disponibilização de R\$ 12 bilhões neste Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008.

No caso de São Paulo, ele destacou o aumento no número de contratos do Pronaf – de 13 mil (em 2002) para mais de 34 mil (no ano de 2006). Em valores aplicados, esses dados se traduzem em um salto de R\$ 66 milhões (em 2002) para o montante de R\$ 315 milhões (em 2006).

Peraci apontou a necessidade da reestruturação da assistência técnica no estado e o apoio das prefeituras para alavancar a agricultura familiar e a participação dos movimentos sociais nos municípios. “Não é só crédito, é um conjunto de políticas que são importantes”, ratificou.

A Agrifam é um evento realizado no Instituto Técnico e Educacional para Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (ITETRESP), em Agudos (SP), localizado no Km 322 da Rodovia Marechal Rondon, e segue até domingo (5).

Outras informações sobre a Agrifam e detalhes sobre a programação da feira estão no site: www.agrifam.com.br.

Pequenos agricultores querem solução para dívida agrícola - Raquel Casiraghi - Sítio Eletrônico do MST - 03/08/2007

Camponeses gaúchos enviaram uma carta ao presidente Lula para sensibilizá-lo sobre a grave crise enfrentada pela pequena propriedade. No documento, divulgado nesta sexta em Santa Cruz do Sul, os agricultores reclamam da intransigência do Ministério da Fazenda em negociar as dívidas. Eles também afirmam que, se o atual modelo agrícola brasileiro não for mudado, a agricultura camponesa poderá ser extinta.

Os agricultores participam de uma nova reunião do Grupo de Trabalho sobre a dívida na próxima quinta, dia 09 de Agosto. Caso as reivindicações não sejam atendidas, eles prometem fazer novas mobilizações no Estado. É o que relata o integrante da direção estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Odair Bortolini.

"Queremos que o governo lance uma política para nos inserir do que continuarmos a ser chamados de 'problema para o governo', diz.

Os agricultores afirmam que não são caloteiros e nem estimulam o pequeno produtor a deixar de pagar as dívidas. Eles ressaltam que o sistema de crédito disponibilizado pelo governo é deficitário, o que faz com que os camponeses procurem os bancos privados, onde as taxas de juro são maiores.

No caso do milho, por exemplo, o custo de produção de 1 hectare está em R\$ 1.261,00. Pelo Pronaf Custeio, os agricultores podem financiar cerca de R\$ 450,00, e terão que conseguir o restante em bancos privados, com juros entre 4% e 8% ao mês. Se projetar esta proporção por 20 anos, analisa Odair, está explicada a causa da crise da agricultura camponesa.

Os agricultores defendem que a pequena propriedade, que hoje é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, seja tratada com a mesma importância dada ao agronegócio.

"É baseado tudo em adubação química, maquinários pesados, onde o agricultor produz acima do custo final. Ou seja, o agricultor produz por um custo "x" e , na hora que

vai vender, recebe normalmente menos do que investiu. O modelo de agricultura que o Brasil adotou é insustentável", argumenta.

No mês de Junho, o MPA trancou rodovias e fez vigílias em frente a bancos para pautar a questão das dívidas. Os camponeses reivindicam que as dívidas sejam negociadas em conjunto, por 30 anos e com juros baixos. Eles também propõem que a dívida seja paga quitando 10% dela e 90% seja subsidiado caso o agricultor pague tudo até Julho de 2008.

Novos protestos também devem ocorrer durante a visita do presidente Lula ao Rio Grande do Sul, no próximo dia 14, para anunciar as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Cassel anuncia R\$ 5 milhões para agricultura familiar em Pernambuco – Sítio Eletrônico do MDA – 06/08/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu nesta segunda-feira (6), em Brasília (DF), o governador de Pernambuco, Eduardo Campos. A reunião foi realizada para tratar das ações conjuntas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do governo do estado nas áreas de assistência técnica, extensão rural e também do Programa de Sementes. Na ocasião, o ministro anunciou que, apenas em 2007, o MDA irá destinar R\$ 5 milhões para a agricultura familiar em Pernambuco, através de diversos programas e ações.

“Nos últimos quatro anos, o MDA aplicou no estado R\$ 4 milhões. Ou seja, ampliamos em muito a nossa parceria para beneficiar um número cada vez maior de agricultores familiares”, disse Cassel.

A equipe do governador, também presente na audiência, aproveitou para agradecer o apoio do MDA na construção de políticas destinadas aos produtores rurais do estado. O governador Eduardo Campos ressaltou que as áreas de extensão rural e assistência técnica carecem de muitos recursos. “São estruturas que precisam ser reconstruídas”, destacou o governador.

O ministro apresentou à equipe do governo de Pernambuco outros dados sobre valores destinados pelo MDA. Nos últimos quatro anos, em recursos a fundo perdido, foram aplicados R\$ 99,3 milhões em Pernambuco. Em créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o MDA destinou, na safra passada, cerca de R\$ 190 milhões.

“Queremos, nesta safra 2007/2008, aplicar cerca de R\$ 210 milhões em recursos do Pronaf em Pernambuco. O Governo Federal está empreendendo um esforço grande nos estados do Nordeste, e Pernambuco não fica de fora das nossas prioridades”, salientou Cassel.

Portarias agilizam o acesso a financiamentos do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA –
06/08/2007

As últimas providências necessárias à concessão de financiamentos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram concluídas pelo Ministério da Fazenda. As Portarias de Equalização estão publicadas no Diário Oficial da União de segunda-feira (6). A partir daí, segundo o secretário-executivo do MDA, Marcelo Cardona, a liberação dos financiamentos de custeio passa a ter a velocidade mais adequada à necessidade dos agricultores familiares em todo o País.

Um novo financiamento só se efetiva quando o anterior é quitado pelo agricultor familiar. Por essa razão, o agricultor que quiser antecipar os financiamentos de custeio desta safra 2007/2008 pode providenciar a antecipação dos pagamentos da safra anterior, de 2006/2007.

Os Bancos do Brasil (BB), da Amazônia (Basa) e do Nordeste do Brasil (BNB), que operam com Fundos Constitucionais, já vinham concedendo financiamento para esta nova safra. Os recursos que passam a ser disponibilizados agora são os dos bancos cooperativados e, também, dos que operam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Basa, Bansicred e Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop).

Renda interna aumenta e ajuda agricultura familiar – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2007

Profissionalização leva pequenos e médios agricultores a agregar valor aos produtos - Maior poder de compra leva pequenos a abandonar competição com grandes produtores e buscar mais os consumidores internos

A agricultura familiar começa a ganhar musculatura. Perdendo espaço e sendo engolida por uma concentração crescente na década passada, o cenário está mudando. O pequeno e o médio produtores estão se profissionalizando e agregando valor aos seus produtos, o que faz "renascer a média e a pequena propriedades, formando um agronegócio familiar".

A avaliação é de José Carlos Pedreira de Freitas, engenheiro agrônomo e diretor da Hecta Desenvolvimento Empresarial nos Agronegócios. "Está havendo uma recomposição do tecido social rural", afirma ele.

Valter Bianchini, secretário de Agricultura do Paraná e especialista no setor, diz que a produção dos agricultores familiares -também chamada de agronegócio familiar- é voltada basicamente para o mercado interno, que obteve aumento de renda nos últimos anos.

Essa elevação veio tanto do aumento real do salário mínimo como de programas de suporte social dos governos, o que recolocou um número maior de consumidores no mercado, ampliando a venda de produtos dos agricultores familiares.

João Sampaio, secretário paulista de Agricultura, também vê o fortalecimento da agricultura familiar e atribui essa evolução à mudança de perfil dos próprios produtores. Os pequenos produtores abandonaram o modelo de produção de algodão, soja e milho com que competiam com grandes proprietários e se voltaram para a agregação de valor, como frutas, hortaliças e leite.

Esse novo caminho da agregação de valor deu fortalecimento ao setor, diz Sampaio. O trabalho de conscientização do produtor e a qualificação de seu produto, devido à participação de institutos de pesquisas e de assistência técnica, permitiram esse avanço. Para os produtores, dá para viver com os rendimentos da pequena propriedade. Muitos estão se profissionalizando, mas ainda falta maior participação dos governos na orientação das propriedades. Pedro Garcia, pequeno produtor de mandioca em Echaporã (SP), diz que sente "a falta de um envolvimento maior dos governos federal e estadual e de mais assistência técnica".

Crédito esgotado

Prova da profissionalização de boa parte desses agricultores é que todo o crédito que o Feap (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista) colocou à disposição dos pequenos produtores na Agrifam, realizada de 2 a 5 deste mês em Agudos (SP), esgotou no segundo dia. A demanda por crédito foi de R\$ 5 milhões, sendo 95% para a compra de máquinas. Outra novidade na agricultura familiar é a discussão que surge entre os próprios produtores sobre as responsabilidades na administração dos negócios. José Benedito Dainezi, produtor de flores em 23 mil m² na região de Holambra (SP), diz que "quem pega [financiamento] tem de devolver. Tem de cumprir os contratos. É uma questão de princípio." Para ele, os que sempre querem anistia (perdão das dívidas), acabam punindo os que cumprem seus compromissos em dia.

Os sinais da nova agricultura familiar vão aparecer no censo agropecuário que está sendo realizado, diz Bianchini. "O censo mostrará estabilidade no número de pequenas e médias propriedades, invertendo a curva de concentração."

O cenário para a agricultura familiar é melhor, mas ainda "precisamos resolver o meio-de-campo", diz Braz Albertini, presidente da Fetapesp. Para ele, há boas pesquisas voltadas para o pequeno produtor, mas está difícil esse conhecimento chegar ao produtor. "Há um vácuo entre os institutos de pesquisa e a lavoura."

Outro meio-de-campo que precisa ser resolvido é o da comercialização. O produtor aumentou a eficiência e produz mais, mas não tem volume suficiente para disputar mercado, segundo Albertini. Para ele, é preciso organizar essa comercialização. "Caso contrário, vamos continuar tendo boa participação no volume, mas presença restrita no lucro. Somos dependentes do Estado."

A comercialização é difícil, mas não impossível, na avaliação de Nelson Tamayose, do Centro de Informações e Apoio ao Supermercadista. Há interesse mútuo nessa operação. Os produtores querem se livrar dos atravessadores, na venda, e os supermercados - principalmente os menores- também querem se livrar dos atravessadores, nas compras. Mônica Quessada, secretária-executiva da Apas (associação que reúne os supermercados paulistas), afirma que essa idéia de entrosamento entre pequenos produtores e supermercados vai fluir.

Pequenos se aperfeiçoam e fazem agroindústria ganhar musculatura –Mauro Zafalon –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2007

DA REDAÇÃO - Ter pouca terra não é empecilho para quem têm vocação agrícola. É o que afirmam os produtores que, enquadrados nesse cenário, sobrevivem da lavoura. "O produtor tem de ter perfil agrícola e saber o que faz", diz José Benedito Dainezi, que produz flores na região de Holambra (SP).

Flávia de Oliveira Silva Rodrigues, da região de Marília (SP), diz que "o problema é que o pequeno produtor aceita as condições impostas pelo mercado.

Na avaliação dessa produtora e processadora de milho verde, "a união é fundamental".

Dona de um lote de 2,5 hectares e assídua frequentadora de palestras de capacitação, Rodrigues buscou apoio para sua atividade em um curso de expansão para empresários rurais. Ao descascar e embalar o milho, recebe três vezes mais.

Pedro Garcia, produtor de mandioca, aprendeu que não adiantava levar para a cidade a mandioca "in natura".

Ele decidiu fazer um cadastro dos compradores e passou a entregar o produto limpo e na quantidade pedida. Elevou seus lucros e consegue R\$ 2.500 por mês. Sem perspectivas na pequena propriedade, Renata Slongo mudou para a cidade. Durante um curso de administração de empresas, especializou-se no agronegócio e voltou para o campo.

Começou a produzir mil potes de conservas por safra e hoje entrega 30 mil potes ao mercado. Tem pedidos para 90 mil, mas esbarrou em um problema similar para todos os que começam uma pequena agroindústria de sucesso: o financiamento. Slongo está associada à "Fábrica do Produtor", programa do governo paranaense que agrega 1.300 pequenas agroindústrias. (MZ)

Programa cria centro de criação de matrizes – Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007

Em Pindamonhangaba, além do Balde Cheio, parceria com a Prefeitura irá melhorar a genética dos pequenos rebanhos

As boas condições no leite está mudando o cenário também entre pequenos proprietários. Em Pindamonhangaba foi inaugurado no fim de julho, o Centro de Criação de Matrizes Leiteiras, o primeiro do Estado de São Paulo, como parte de um projeto de recuperação da pecuária de leite local, que já consumiu cerca de R\$ 600 mil em três anos.

A compra do primeiro lote, com 76 novilhas e bezerras, foi feita na região de Castro (PR), referência nacional de gado holandês de alta genética. Uma das exigências para a compra é que elas fossem filhas de vacas com pelo menos 9 mil quilos de leite por lactação. “Em um ano e meio essas novilhas estarão no campo e o impacto mais importante, além do aumento na produção, será a mudança de cultura”, afirma o diretor do Departamento de Agricultura local, José Luiz Hungria. No campo, elas serão monitoradas por chips.

Os beneficiados, 20 produtores que aderiram ao programa Balde Cheio, receberão as novilhas com 23 meses, prenhas de embrião sexado e pagarão R\$ 1.440 em 24 parcelas de R\$ 60. Calcula-se que com três novilhas inseridas em seus rebanhos terão um aumento médio de 60% na produção. Hoje, eles representam 20% da produção de leite do município e injetam cerca de R\$ 260 mil na economia local.

O Balde Cheio é uma iniciativa da Embrapa Pecuária Sudeste, de São Carlos, juntamente com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), que tem gerado bons frutos na região. Em Pindamonhangaba está sendo incrementado por meio de parceria entre a prefeitura e o Sindicato Rural e que deu origem ao Centro de Criação de Matrizes.

A proposta é que, em cinco anos no máximo, a maior parte da produção de 12 milhões de litros/ano seja feita por um grupo de 70 produtores. “Hoje temos cerca de 230 produtores com rebanho inadequado e sem controle de custos”, diz Hungria. Para alcançar essa meta, o programa oferece assistência técnica, inseminação artificial por tempo fixo (IATF) e laboratório clínico para exames e controle das doenças.

FINANCIAMENTO

O programa também orienta o produtor na obtenção de crédito pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Em 30 meses os recursos liberados na agência local do Banco do Brasil pularam de R\$ 60 mil para R\$ 2 milhões.

Esse pacote de benefícios já trouxe resultados práticos: os produtores saíram de um custo de R\$ 1 por litro de leite para até R\$ 0,31 e a produção foi calibrada em pelo menos 30%, com a introdução do pastejo rotacionado e das outras exigências do projeto Balde Cheio.

Aquisição de crédito rural dá três opções de seguro – Luiz Gallo- Estado de São Paulo – Agrícola – 08/08/2007

Criado em 2004, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) tem a finalidade de reduzir o risco a que o agricultor está exposto. O valor segurado é equivalente a 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado.

Para ser beneficiado, o agricultor que possui o empreendimento segurado deve provar a perda por causas amparadas superior a 30% da receita bruta esperada.

Atualmente, o pequeno produtor rural dispõe de três tipos de seguros a que pode recorrer no momento da aquisição do crédito rural. Um cobre perdas devido a fenômenos climáticos, outro associado à queda nos preços das culturas após a aquisição do empréstimo. Além do seguro que só pode ser utilizado por produtores da região Nordeste, que cobre a lavoura em caso de uma seca generalizada na região. L.. G.

Bancos privados devem ampliar oferta de crédito rural nesta safra - Cibelle Bouças e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/08/2007

Após dois anos de relações conturbadas devido ao aumento da inadimplência causada pela crise no setor agrícola, os bancos privados demonstram interesse em "fazer as pazes" com agricultores no ciclo 2007/08. As perspectivas de uma produção de grãos maior, o aumento da rentabilidade com a elevação nos preços internacionais das commodities e a elevação dos recursos para crédito rural estimulam os agentes financeiros às negociações. Do lado da demanda, a queda da taxa de juros e a conclusão da renegociação de dívidas estimulam os agricultores a voltarem às agências.

Conforme dirigentes de bancos ouvidos pelo Valor, além do cenário favorável para o agronegócio, mudanças no setor financeiro estimulam as negociações com crédito rural, como a redução da taxa Selic e nas taxas dos programas a juros controlados - de 8,75% para 6,75% ao ano no caso dos programas de custeio e comercialização; de 8% para 6,25% ao ano para recursos do Proger Rural e redução de 1,25 ponto percentual nos juros do Moderfrota, para 7,5% e 9,5% ao ano, conforme o nível de renda dos produtores.

"A redução da taxa Selic permite aos bancos criar novas linhas a juros livres, mas mais baixos, o que também tem atraído aos produtores", diz Walmir Segatto, superintendente comercial de agronegócios do Santander Banespa. Já o Banco do Brasil, que se concentra em operações de custeio e opera mais no Centro-Oeste que os demais bancos, a demanda por parte dos produtores ainda não apresentou grandes alterações, segundo fontes ligadas ao banco.

Outro ponto destacado pelos bancos é o aumento de recursos disponíveis em função do aumento dos depósitos à vista e das captações da poupança. Os bancos federais são obrigados a aplicar 65% das captações em poupança em crédito rural, e neste ano, houve aumento recorde nas aplicações em poupança, o que fatalmente eleva o crédito disponível. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), também cresceu o volume de depósitos à vista. Até abril, o volume de exigibilidades atingia R\$ 18,145 bilhões; em junho de 2006, esses recursos somavam R\$ 13,57 bilhões. Os bancos devem ainda aplicar os

recursos de exigibilidades que não foram utilizados nas duas safras anteriores. Na safra 06/07 sobreram R\$ 5,4 bilhões e na anterior, R\$ 2 bilhões.

Entre os bancos privados, o clima é de otimismo. "As duas safras anteriores foram afetadas por clima e câmbio. Esses dois fatores apresentam agora um cenário positivo e isso tem levado mais produtores a buscar financiamento", afirma Osmar Roncolato Pinho, superintendente executivo de empréstimos e financiamentos do Bradesco. Conforme o executivo, o volume de pedidos de crédito rural junto ao banco aumentou 50% no primeiro semestre e a perspectiva é manter esse ritmo no segundo semestre. Na safra 2006/07, o Bradesco operou R\$ 3,2 bilhões. O banco ainda não definiu o volume a ser operado nesta safra.

Segatto, Santander Banespa, confirma aumento da procura por crédito, principalmente pelos setores de cana-de-açúcar, citros e café - que já estavam em expansão desde 2006 - e pelo setor de grãos, sobretudo no Sudeste e no Sul. "A demanda está aquecida, mas ainda é cedo para precisar em quanto poderá aumentar", afirma. Na safra passada, o banco operou R\$ 1 bilhão, mas não tem montante fixado para o ciclo 2007/08.

A Nossa Caixa, que na safra passada operou R\$ 325 milhões em crédito rural, encerrou o primeiro semestre com um aumento de 120% nas contratações - o que correspondeu a R\$ 178 milhões. Para Gilberto Fioravanti, gerente do departamento rural do banco, esse aumento sinaliza o interesse de produtores em investir na safra nova, tendo em vista que boa parte dos recursos foi destinado à compra de insumos. "Na safra 2007/08 o banco vai dobrar a disponibilidade de créditos, para R\$ 650 milhões", afirma Fioravanti.

O Banco do Brasil, principal agente a operar recursos do crédito rural, também prevê aumentar o volume destinado ao setor agrícola, de aproximadamente R\$ 33,9 bilhões na safra passada para R\$ 40 bilhões no ciclo 2007/08. O banco divulgará na próxima semana o balanço dos desembolsos efetivados no ciclo passado e as perspectivas para a safra nova.

Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 1,25 bilhão na agricultura familiar em Minas Gerais – Sítio Eletrônico do MDA – 13/08/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lança nesta terça-feira (14) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 em Belo Horizonte (MG). A solenidade acontece no Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, às 14h30. O ministro começa o dia inaugurando, pela manhã, a nova sede da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Logo depois, às 10h30, concede entrevista coletiva à imprensa. O secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, também participa do evento.

Nesta safra, os mineiros terão à disposição R\$ 1,25 bilhão, beneficiando aproximadamente 260 mil agricultores nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em todo o Brasil, o Governo Federal, por intermédio do MDA, vai disponibilizar R\$ 12 bilhões em crédito rural para a safra 2007/2008. São R\$ 2 bilhões a mais que na safra passada.

Na safra 2006/2007, foram aplicados em Minas Gerais aproximadamente R\$ 952 milhões (dados preliminares) – cerca de R\$ 728 milhões a mais que o valor da safra

2002/2003 no estado (de R\$ 224 milhões). Na assistência técnica, os recursos aplicados nos quatro últimos anos em Minas Gerais ultrapassaram a marca de R\$ 21 milhões.

Juros mais baixos

Além do aumento de recursos, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 traz juros mais baixos, variando de 0,5% a 5,5% ao ano. Na safra anterior, os juros do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Essa redução beneficiará, principalmente, as famílias de mais baixa renda.

“Esse é um conjunto de medidas que nos fazem afirmar, sem nenhum temor, que este é o maior e mais completo Plano Safra da Agricultura Familiar em todos os tempos. É o maior pelo volume de recursos, um recorde absoluto, pela taxa de juros, que nunca foi tão baixa, e porque é capaz de agregar mais de dois milhões de famílias que temos no programa hoje. E é o mais completo porque, pela primeira vez, junto com o crédito, temos um leque de políticas públicas que cobre todo o âmbito da agricultura familiar: seguro, assistência técnica, comercialização, agroindústria e desenvolvimento territorial”, enfatiza o ministro.

Nova linha de crédito

Outras importantes novidades serão anunciadas pelo ministro para a safra 2007/2008 em Belo Horizonte, como o aumento de recursos para a assistência técnica e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO; e mais crédito para a diversificação – as famílias agricultoras que contratarem financiamentos de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20%, para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

“Este novo Plano Safra inaugura o processo de mais qualificação do crédito do Pronaf, com o apoio à extensão rural por meio da aplicação de recursos nas empresas estaduais de assistência técnica, nas organizações não-governamentais (ONGs), nas cooperativas, no incentivo às principais cadeias produtivas (como o café e o leite) e no que chamamos de qualificação para o desenvolvimento rural. Viramos a página da dificuldade de acesso ao crédito e, agora, temos como desafio a qualificação”, pondera o secretário Adoniram Sanches Peraci.

Assistência técnica para todos

A expansão do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para todos os municípios mineiros é uma das metas do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008. “Queremos que toda Minas Gerais seja atendida pela ATER. Isso deve beneficiar principalmente os 10 territórios já existentes no estado, uma vez que estão localizados na região mais carente e que necessita um cuidado especial, o Semi-árido mineiro”, reforça o delegado do MDA/MG, Rogério Correia.

São muitos os benefícios alcançados pelas famílias que recebem o auxílio da assistência técnica, já que elas passam a utilizar melhor o solo, a diversificar os gêneros cultivados e a ter maiores cuidados com seus hábitos de higiene e alimentares. Além disso, os agricultores familiares têm a possibilidade de aumentar sua renda, conquistar novos mercados e aproveitar melhor a mão-de-obra.

Apoio aos produtores de leite

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 traz uma novidade, que deve beneficiar em especial os estados com tradição na produção leiteira, como Minas Gerais. As cooperativas de leite – centrais ou singulares – poderão acessar as linhas de crédito do Pronaf Agroindústria e do Pronaf Comercialização. Para isso, basta que elas comprovem junto ao agente financeiro (mediante apresentação do balanço anual do ano anterior ao

pedido de financiamento) que pelo menos 51% das receitas foram obtidas do processamento de leite e derivados e que, no mínimo, 70% de seus participantes ativos são famílias agricultoras enquadradas no Pronaf.

O estado possui 105 cooperativas de produtores de leite. Juntas, elas produzem 2,6 bilhões de litros/ano, o que corresponde a 55% do total da produção mineira. A produção de leite no estado é a maior do País: 6,4 bilhões de litros/ano. No Brasil, a produção é de 25 bilhões de litros/ano. A atividade gera 1,2 milhão de empregos, sendo que mais de 70% da mão-de-obra é composta por agricultores familiares.

Evento: Lançamento Estadual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008

Local: Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Data: Terça-feira, 14 de agosto de 2007 - **Horário:** 14h30

EFEITO CAMBIAL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007

Redução de impostos e de juros é uma das principais medidas a serem tomadas pelo governo para inibir os efeitos negativos que a defasagem cambial tem trazido à agricultura. A recomendação é de representantes do setor, reunidos ontem, em Brasília, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

PERDAS ELEVADAS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007

João Sampaio, secretário paulista de Agricultura, diz que US\$ 13 bilhões deixaram de ingressar no agronegócio em 2006 devido à valorização do real. Para o ex-ministro e presidente do Comitê de Agronegócios da Fiesp, Roberto Rodrigues, "se a taxa de juros cair, haverá mais investimentos", informa a Agência Câmara.

CRÉDITO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007

A carteira de crédito de agronegócio do Banco do Brasil, a principal do setor, atingiu R\$ 48,8 bilhões em junho, 22,2% a mais do que em igual período de 2006. O agronegócio representa 34% de toda a carteira de crédito do banco, que teve evolução de 28,4% no período.

DISTRIBUIÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007

As regiões Norte e Nordeste ficaram com 9,4% desses R\$ 48,8 bilhões. Já a Sul obteve 38%, e o Sudeste e o Centro-Oeste, 26% cada uma. Os dados constam do balanço do segundo trimestre divulgado ontem pelo banco. O balanço mostra, ainda, que os mini e os pequenos produtores somaram 85% dos contratos de crédito, mas ficaram com apenas 24% do dinheiro.

PARTICIPAÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/08/2007

A carteira de crédito do agronegócio do BB mostra que a bovinocultura foi a que recebeu o maior volume de crédito (R\$ 5,4 bilhões), seguida da soja (R\$ 2,9 bilhões) e do milho (R\$ 3,1 bilhões). O cultivo do trigo ficou com R\$ 616 milhões.

Renda agrícola deve crescer 12% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 15/08/2007

O setor rural vive uma fase de significativa recuperação de renda, mas ainda bastante concentrada nas lavouras de soja, cana e milho dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Levantamento consolidado pelo Ministério da Agricultura projeta uma elevação de 12,1% na receita do setor, o que deve gerar um extra de R\$ 12,2 bilhões ao bolso dos produtores em 2007. Pelo cálculos, baseado em dados do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, a renda do setor passaria de R\$ 101,2 bilhões, em 2006, para R\$ 113,5 bilhões neste ano.

Os grandes números escondem, porém, fortes nuances entre os Estados e as 20 principais lavouras avaliadas no estudo. Daí a necessidade da diferenciação nas políticas públicas por regiões e produtos que tem sido defendida pelo governo nas recentes renegociações de dívidas. As situações são muito diferentes. Em franca retomada dos negócios no setor, os produtores do Paraná devem engordar sua renda em R\$ 3,1 bilhões (+26,5%). No Rio Grande do Sul, o resultado deve ser R\$ 2,1 bilhões superior ao registrado em 2006 (+19%), quando os efeitos da forte crise nos grãos frearam um período de bonança no campo.

Mesmo com os bons efeitos gerados pela cana, os produtores de São Paulo devem ter um acréscimo de receita de apenas 3,4% - ou R\$ 740 milhões. "A situação atual reafirma a tese de que a agricultura vai bem, mas o agricultor vai mal", diz o secretário paulista de Agricultura, João Sampaio. A melhor performance na retomada deve caber a Minas, onde a renda crescerá 48,4%, para R\$ 8,14 bilhões. Em Mato Grosso, a elevação deve ser de R\$ 1,8 bilhão (+18,5%), mas o resultado ainda ficará abaixo do registrado em 2005. "Sem resolver a questão cambial, não conseguiremos sair do lugar", afirma o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marcio Lopes de Freitas.

A análise dos dados por culturas mostra que a renda ligada à produção de soja deve saltar de R\$ 22,8 bilhões para R\$ 27 bilhões (18,5%). No milho, as receitas passariam de R\$ 11,6 bilhões para R\$ 16 bilhões (38%). E na cana, de R\$ 18,6 bilhões para R\$ 21,4 bilhões (15%). "Nesses três casos, é bastante visível o efeito do crescimento da demanda mundial por etanol", avalia o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques.

Há, entretanto, segmentos em franca desvantagem. Pelo quarto ano consecutivo, a renda no café recuará - de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 4,1 bilhões (-17%). Na laranja, a receita total cairá de R\$ 8,1 bilhões para R\$ 7,6 bilhões (-6,5%). Os produtores de feijão também devem continuar a perder, passando de uma receita de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 3,6 bilhões (-19%), segundo os dados do ministério.

Beneficiados pelo recente movimento de sustentação dos preços internacionais, os produtores de algodão devem elevar em 28,5% sua renda neste ano, de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. E depois de uma safra marcada por extrema dificuldade, os produtores de trigo devem registrar o melhor desempenho no setor rural, com 94% de elevação na receita, que deve saltar de R\$ 877 milhões, em 2006, para R\$ 1,7 bilhão neste ano.

Ruralistas barganham para aprovar CPMF – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroengócios - 15/08/2007

A julgar pelos discursos inflamados e as ameaças abertas, o governo federal terá que tratar com especial atenção as demandas da bancada ruralista para conseguir a renovação da CPMF no Congresso. Além de mais uma rodada de renegociação das dívidas rurais, o Executivo enfrentará também as exigências de medidas compensatórias para amenizar os efeitos da desvalorização cambial no setor rural. "Vamos aproveitar essa oportunidade única da CPMF para negociar com o governo", avisou o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Marcos Montes (DEM-MG).

Em audiência pública, ontem, na Câmara, os parlamentares obtiveram o reforço de lideranças rurais para reivindicar alterações nas políticas para o setor. "Não vamos aprovar nada enquanto o governo não oferecer alguma compensação para essa política que está matando o setor", disse o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Há um ano fora do governo, o ex-ministro Roberto Rodrigues pediu a redução mais rápida na taxa básica de juros (Selic), a redução da carga tributária via incentivos fiscais, estímulo à proteção (hedge) cambial em mercados futuros e investimentos em logística e infra-estrutura de transportes. "Essa situação pode piorar com o 'investment grade' que vai trazer mais dólares. Há quem fale num câmbio a R\$ 1,70 ou abaixo disso", disse.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho, rejeitou a exigência de um "câmbio verde", mas reafirmou a necessidade de debater isenções tributárias para ajudar o setor a sair de uma "penúria cambial".

Apesar das pressões, indicadores do Centro de Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da USP, mostram ser relativo o efeito negativo do câmbio sobre as exportações do setor. Na comparação entre os primeiros três meses de 2006 e de 2007, o índice de atratividade das vendas do agronegócio, que mede a rentabilidade das exportações, aumentou 12%. "Houve uma melhora nos preços em reais recebidos pelos exportadores", disse o professor Geraldo Sant'Ana Barros. (MZ)

Destino do Funcafé provoca racha no setor - Mônica Scaramuzzo e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/08/2007

As discussões sobre o destino dos recursos do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) provocaram um racha na cafeicultura. De um lado, os produtores defendem a aplicação de boa parte desses recursos para leilões de Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) e contratos de opções de venda públicas de café. Do outro, as indústrias e exportadores são contra a concentração dos recursos nas mãos do setor produtivo.

O Valor apurou que do total do orçamento de R\$ 2,561 bilhões do Funcafé previstos para 2008, R\$ 1,05 bilhão poderão ser usados em socorro aos produtores. Os representantes do setor reúnem-se hoje em Brasília para discutir o orçamento no CDPC (Conselho Deliberativo das Políticas do Café). Criado em 1986, os recursos do Funcafé tiveram origem a partir de cotas arrecadadas das exportações de café. No fim de 1989, essas cotas foram extintas. Os recursos, então, passaram a ser arrecadados a partir das vendas de café dos estoques do governo.

Tanto as indústrias como os exportadores afirmam que não são contra os leilões de Pepro, que garantem um preço mínimo ao produtor quando as cotações estão abaixo dos

custos. Eles alegam, contudo, que os recursos do Pepro teriam de vir da União, assim como ocorre com os outros produtos agrícolas, como soja e algodão.

Orçamento da cafeicultura		
Destino dos recursos do Funcafé		
Itens	Recursos (em R\$ milhões)	
	2007	2008**
Promoção do café brasileiro	-	-
Promoção do café brasileiro no exterior	5	5
Publicidade de utilidade pública	8	8
Pesquisa e desenvolvimento em cafeicultura	12	12
Produção e divulgação de informações	-	-
Capacitação de técnicos e produtores do agronegócio café	0,2	0,3
Gestão e administração do Programa	3,4	3,8
Conservação de estoques reguladores de café	9,6	9,2
Remuneração às instituições financeiras	0,2	0,2
Contribuição à OIC*	2	1,5
Total 1	40,4	40,0
Financiamento para custeio, colheita, estocagem e pré-comercialização de café	2.026	1.411
Equalização de juros nos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café	80	60
Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro)	-	300
Opções de venda de café	-	750
Total 2	2.106	2.521
Total geral	2.146	2.561

Outra alteração proposta é a redução dos recursos para financiamento para custeio, colheita, estocagem e pré-comercialização do grão em 30%, de R\$ 2,02 bilhões para R\$ 1,411 bilhão. O corte de R\$ 614 milhões será realocado para os contratos de opções públicas. Esse mecanismo permite a estocagem do café. No mercado, os contratos de opção são vistos como uma espécie de "retenção branca".

"Vemos com preocupação essa política de renda defendida atualmente", diz Guilherme Braga, diretor do Cecafé (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil). "Entendemos que o Funcafé tem um papel maior, de estimular os produtores a investir em inovação e aumento de produtividade."

Nathan Herszkowicz, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), diz que não vê problemas em políticas de apoio ao produtor, desde que os recursos não saiam do Funcafé. "Vejo uma mudança da base das políticas cafeeiras, na qual havia uma preocupação na valorização do produto e capitalização do setor. Mas agora há uma preocupação em somente justificar políticas de renda."

À frente do Conselho Nacional do Café (CNC), Gilson Ximenes, nega a retenção e defende políticas de suporte, alegando que as medidas vão apoiar o produtor durante um ciclo de baixa de preços. A expectativa é de que a colheita nesta safra 2007/08 fique em 32,06 milhões de sacas de 60 quilos, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Para 2008/09, a produção deve crescer para algo entre 45 milhões e 50 milhões de sacas, segundo analistas.

Nos últimos meses, os preços do café sinalizam recuperação, uma vez que a relação de produção e consumo segue apertada. Nos últimos 12 meses, a commodity acumula alta de 14,6% em Nova York e 22,1% em 24 meses. A cafeicultura passou por uma das suas piores crises entre 2000 e 2001, por conta da superoferta global. À época, foi implantado no país o programa de retenção dos estoques de café, considerado um tiro no pé dos

produtores, uma vez que os preços não se recuperaram e o país reduziu sua participação no mercado global.

Fontes de mercado afirmam que a nova composição do Ministério da Agricultura está a favor dos produtores. Ela é formada por Silas Brasileiro, secretário-executivo do ministério, com base política em Minas, maior Estado produtor de café, e Manoel Bertone, diretor de Produção e Agroenergia. Jaime Payne, assessor técnico do CNC foi destacado para ficar em Brasília. Payne já esteve à frente da diretoria de café do ministério, mas saiu do cargo em 2003. Àquela época, Payne presidia a cooperativa Café Poços, que fechou as portas durante o período de forte crise do setor. Bertone é novo no governo. Ele presidiu a Garcafé, cooperativa, que em sua gestão, também encerrou as atividades por conta da crise.

Ao Valor, Bertone nega haver alterações na política do café. "Não houve mudanças. O Pepro não é só para o café. É para todos os produtos (...)." Ele defende a opção do governo para o setor. "Não é errado fazer Pepro para cooperativas. Esta é uma safra curta. O governo pode fazer só para produtores, não precisa fazer para exportadores." E ataca os segmentos mais críticos ao governo: "Alguns setores da iniciativa privada se julgam mais mercado que outros (...)." Mesmo convicto do acerto da política, o secretário sinaliza com uma eventual reavaliação de rumos. "Não sei se, isoladamente, o Pepro é um bom instrumento. Você dá um prêmio e ele é absorvido pelo mercado. Tem que fazer parte da política e não ser isolado do sistema."

Renegociação de dívidas do Pronaf beneficia 1,6 milhão de famílias no País – Sítio Eletrônico do MDA – 17/08/2008

A renegociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) beneficiará este ano 1,6 milhão de famílias em todo o País. Todas as culturas estão incluídas nas medidas anunciadas nesta sexta-feira (17), em Brasília, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), depois de reunião à tarde com representantes do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Serão beneficiadas famílias que assinaram contratos tanto de custeio quanto de investimento. Seiscentas mil dessas famílias são enquadradas na faixa de mais baixa renda – o grupo B do Pronaf.

Os bônus para renegociações de dívidas nos contratos de custeio variam entre 15% e 35% (nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006). Já para os contratos de investimento, serão de até 18% (para as parcelas com vencimento em 2007). O valor total previsto pelo MDA em bônus para os agricultores familiares é de R\$ 330 milhões.

As medidas são resultado de sucessivas negociações do Ministério com os movimentos sociais e de um diagnóstico do endividamento da agricultura familiar junto às instituições financeiras. O grupo de trabalho que atuou nesse levantamento incluiu representantes dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária, cuja pauta extrapola a renegociação, propriamente dita. Assuntos como a dívida ativa e os pequenos valores de empréstimo ainda estão sendo debatidos com o Ministério.

O objetivo do MDA é de que os beneficiários do Pronaf liquidem de vez suas dívidas. Todas as parcelas do Pronaf que já venceram desde o dia 1º de janeiro de 2007 ou estão por vencer até 27 de setembro deste ano tiveram o vencimento automaticamente prorrogado para 28 de setembro de 2007.

“O que estamos anunciando é resultado do trabalho conjunto do Governo Federal com todos os movimentos sociais, que visa enfrentar de uma vez por todas o tema do endividamento agrícola. Com estas medidas, todos os agricultores familiares ficam aptos na acessar os R\$ 12 bilhões do Plano Safra 2007/2008”, ressalta o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Até o final deste mês de agosto, as medidas devem ser formalizadas por Decreto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As medidas para os contratos de custeio

- Prorrogação dos prazos de vencimento dos contratos da safra 2006/2007 (com vencimento até 27/09/2007) para o dia 28/09/2007. Além disso, há prorrogação do prazo de vencimento de parcelas de 2007 (vencidas ou vincendas até 27/09/2007) de contratos das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006 também para o dia 28/09/2007.

- Bônus de adimplência para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2003/2004 (de 35% para os grupos A/C, C e D e de 20% para o grupo E do Pronaf).

- Bônus para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2004/2005 (de 30% para os grupos A/C, C e D e de 20% para o grupo E do Pronaf).

- Bônus para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2005/2006 (de 20% para os grupos A/C, C e D e de 15% para o grupo E do Pronaf).

- es bônus anunciados são complementares aos bônus de adimplência previstos nos contratos do Pronaf dos grupos A/C e C.

- Para os contratos da safra 2006/2007 (de beneficiários do Pronaf com dívidas de safras anteriores), ainda é possível postergar 30% do valor total da parcela que venceria em 2007 para o próximo ano de 2008.

- Há, ainda, a possibilidade de se prorrogar o pagamento da parcela até um ano após o vencimento previsto nos contratos de custeio. Nesses casos específicos, o beneficiário perde o direito ao bônus de adimplência (nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006).

As medidas para os contratos de investimento

- Bônus de 10% para o pagamento integral da parcela de 2007 para os contratos de investimento do Pronaf no grupo B.

- Bônus de 18% para pagamento integral das parcelas dos contratos de investimento que vencem em 2007, em todos os demais grupos do Pronaf.

- Observação: essas medidas são válidas para as parcelas com vencimento em 2007, desde que os beneficiários estejam adimplentes com as parcelas vencidas até 31/12/2006.

- Há ainda, a possibilidade de se pagar 20% da parcela e prorrogar os outros 80% até um ano após o vencimento previsto nos contratos de investimento. Nesses casos específicos, o bônus de adimplência é de 5%.

Recursos do Funcafé irão financiar os leilões de Pepro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 17/08/2007

O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) autorizou ontem, por dez votos a dois, a utilização de R\$ 300 milhões em recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para financiar operações de equalização de preços a cooperativas e produtores (Pepro). A medida foi rejeitada apenas pelos representantes do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) e Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic). O Pepro garante preços mínimos aos produtores.

Na primeira reunião comandada pelo novo secretário de Produção e Comercialização, Manoel Bertone, o CDPC aprovou um orçamento de R\$ 2,561 bilhões para 2008, volume 19,3% superior aos R\$ 2,146 bilhões deste ano. Foram autorizados R\$ 1,41 bilhão para financiamento do custeio, colheita, estocagem e pré-comercialização de café, R\$ 750 milhões para o lançamento de opções públicas de venda, R\$ 60 milhões para equalização de juros dos financiamentos, além de R\$ 12 milhões para pesquisa e R\$ 13 milhões para marketing. O orçamento deste ano apresenta uma "sobra" de R\$ 800 milhões.

Diante das insistentes reclamações de Abic e Cecafé sobre o uso de recursos do Funcafé no Pepro, o secretário Bertone informou que o governo estuda a possibilidade de utilizar recursos do Tesouro nas operações.

"Em quatro anos, saímos de um orçamento de R\$ 500 milhões para R\$ 2,5 bilhões no Funcafé. E só estamos colocando R\$ 300 milhões para o Pepro, que pode não ser utilizado. O governo ainda pode abrir uma janela de utilização de recursos de outras fontes", afirmou. "Não queremos fazer transferência de renda. Não se faz política apenas com um instrumento [Pepro], mas com vários. Por isso, temos três instrumentos importantes que, em conjunto, vão garantir uma política sustentável para o café", disse. Os instrumentos são o financiamento da produção, o Pepro e as opções públicas.

O secretário afirmou que a reunião de ontem ocorreu em clima "tranquilo" e com "presença maciça, inclusive do ministro", o que "fortaleceu os setores privados". "O orçamento do Funcafé foi aprovado por unanimidade, exceto para a utilização de recursos do Funcafé no Pepro", informou. "Mais do que não ter havido divisão, é preciso dizer que houve união".

Banco do Brasil é acusado de "venda casada" – José Machio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007

Controladoria Geral da União afirma que agricultores têm de comprar produtos e serviços para receber empréstimo do Pronaf

Relatório aponta que agricultor teve de comprar seguro de vida; em outro caso, "produto vendido" foi título de capitalização

O Banco do Brasil, principal agente operador do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), usa a liberação de recursos do programa para vender produtos e serviços, aponta fiscalização da CGU (Controladoria Geral da União). A prática é vedada pelo MCR (Manual de Crédito Rural), em norma do Conselho Monetário Nacional.

Fiscalizações da CGU constataram irregularidades, em pelo menos quatro Estados, de venda "casada" de produtos e serviços -títulos de capitalização, poupança e seguro de vida- no momento da contratação de empréstimos do Pronaf.

Relatórios da controladoria, com base em fiscalizações realizadas no ano passado e divulgadas no dia 9 do mês passado, mostram que o BB condiciona a liberação de créditos do Pronaf à compra, pelo agricultor, de produtos do banco.

Essas irregularidades aparecem em municípios como Antônio Dias e Ninheira (MG), Paranaíba (MS) e Lunardelli (PR). Em Chувиска (RS), o BB é acusado pela CGU de não devolver juros para débitos quitados antes do prazo. Ainda no Rio Grande do Sul, em São João da Urtiga, a controladoria apontou que o banco concedeu empréstimos do Pronaf a agricultores com renda anual superior ao limite estabelecido pelo programa.

Além do sorteio dos municípios a serem fiscalizados, a CGU usa o método de escolher dez dossiês (contratos) de Pronaf para análise.

Em Antônio Dias e Ninheira, por exemplo, o índice de exigência de reciprocidade por meio da compra de seguro de vida foi de 70% dos dez casos analisados. Essa exigência constava dos contratos analisados e, segundo o relatório técnico, os agricultores não tinham conhecimento da contratação do seguro.

Seguro e poupança

Em Antônio Dias, um caso de uso, pelo banco, do Pronaf para fazer receita é exemplar. Segundo o relatório dos técnicos da CGU, ao obter empréstimo de R\$ 18 mil, com prazo de oito anos e pagamento anual, um agricultor foi obrigado a comprar um seguro de vida com pagamento anual de R\$ 453.

No município de Lunardelli (391 km ao norte de Curitiba), onde a controladoria relatou episódios de reciprocidade para a concessão de empréstimos, a **Folha** encontrou casos ainda mais graves, como compra de títulos de capitalização, de seguro de vida e bloqueio de recursos de produtores.

Adenir Gomes Ferreira, dono de 9,6 hectares, é um dos agricultores com dinheiro bloqueado pelo BB. Na safra de verão passada, ele fez empréstimo de R\$ 8.000, com vencimento em outubro. Para ter o dinheiro, teve que comprar um título de capitalização. Em abril deste ano, Ferreira vendeu R\$ 8.500 em soja para uma cooperativa e teve o dinheiro retido pelo BB, que abriu, compulsoriamente, uma poupança para garantir o pagamento do empréstimo.

"Fizeram eu abrir uma poupança e o dinheiro está lá, bloqueado, para quitar uma dívida que só vai vencer em outubro", afirma Ferreira. Ele disse que precisou pegar empréstimos com agiotas para plantar a safra de inverno deste ano. "O banco poderia ter quitado a dívida antecipadamente e devolver os juros cobrados de

abril a outubro, mas nunca fazer o bloqueio", afirma a gerente da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) em Lunardelli, Liliane Rodrigues da Fonseca. "Esse é um caso de perversão, de irregularidade, que precisa ser investigado", diz o diretor financeiro e de proteção à produção rural, João Luiz Guadagnin, da Secretaria de Agricultura Familiar.

Guadagnin admite que é difícil impedir a exigência de reciprocidade. "As normas proibem, mas o assédio das agências para que o agricultor familiar compre serviços é difícil de controlar. Sempre existe a desculpa de que o banco ofereceu o produto, mas não obrigou o agricultor a comprá-lo."

Banco diz que não recebeu notificação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007

O Banco do Brasil informou que, até a última sexta-feira, não havia sido notificado pela CGU (Controladoria Geral da União) das "irregularidades mencionadas em operações de Pronaf".

Segundo o BB, que se pronunciou por meio de sua assessoria de imprensa, "qualquer ato que contrarie os normativos do banco é rigorosamente apurado e são tomadas as providências específicas cabíveis".

Em nota, a direção do Banco do Brasil afirma que o banco é parceiro dos agricultores e o principal agente financeiro do Pronaf. E cita números para provar o seu "compromisso com a agricultura familiar brasileira".

Segundo o documento, mais de dois terços dos recursos aplicados no programa são via BB. Com saldo em carteira de R\$ 12,5 bilhões na agricultura familiar, o banco tem 1,050 milhão de contratos realizados por cerca de 2.700 agências.

A nota da direção do BB, em resposta aos questionamentos da **Folha**, não menciona nenhuma das irregularidades constatadas pela CGU ou pela reportagem no município de Lunardelli, no Paraná.

O gerente regional do BB em Maringá (norte do Paraná), Sebastião Santana Lima, disse que não poderia, por respeito ao sigilo bancário, comentar situações específicas de agricultores de Lunardelli.

Os contratos do Pronaf dos agricultores de Lunardelli foram feitos na agência BB de São João do Ivaí, subordinada à regional de Maringá.

Lima afirmou que a exigência de reciprocidade é proibida pelo banco. "Nós orientamos nossos gerentes e colaboradores a oferecer os serviços e produtos do banco, mas a venda "casada" ou exigência de reciprocidade é terminantemente proibida", afirmou o gerente.

Segundo Lima, a agência de São João do Ivaí atendeu, na última safra de verão, 522 agricultores familiares, com a efetivação de 581 contratos -um agricultor pode pegar mais de um empréstimo-, inclusive os de agricultores de Lunardelli.

"Desse total, apenas 39 produtores têm algum tipo de produto do banco, em uma prova que não houve irregularidades", disse.

O banco não se pronunciou sobre o não uso ou divulgação da conta governamental em empréstimos do Pronaf.

Poucos sabem o que é a conta governamental – José Maschio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/08/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LUNARDELLI - Uma forma que o agricultor familiar tem para se livrar do pagamento de taxas e tarifas bancárias ao obter empréstimo do Pronaf é por meio da chamada conta governamental. Mas essa modalidade é pouco utilizada ou desconhecida dos produtores agrícolas.

Em Lunardelli (391 km ao norte de Curitiba), agricultores ouvidos pela Folha afirmaram não terem sido informados pelo Banco do Brasil da possibilidade de sua utilização. No sistema de conta governamental, o agricultor movimenta o valor recebido no empréstimo do Pronaf com um cartão específico e sem o pagamento de taxas e serviços bancários.

"É constrangedor. Você orienta o agricultor a buscar a conta governamental, explica seus direitos e depois tem de agüentar o desespero deles com taxas e exigências", afirma Carlos César de Oliveira, técnico da Emater em Lunardelli.

A utilização de conta normal para o Pronaf gera outros gastos para o agricultor familiar. Depois de pagar um empréstimo em 2005, Francisco Pereira dos Santos foi surpreendido, no início deste ano, com uma cobrança de R\$ 1.600. Ele pensava que, ao quitar o empréstimo, seu vínculo com o banco havia acabado. Na semana passada, depois de intermediação dos técnicos da Emater, Santos fez um acordo com o banco, pagando R\$ 200 por tarifas e taxas de manutenção atrasadas.

"O Banco do Brasil aproveita a fragilidade econômica e cultural do pequeno agricultor e extrapola. A maioria é semi-analfabeta, chega amedrontada ao banco, assina o que eles mandam e depois paga a conta", afirma Deusdedit Achilles Catabriga, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Lunardelli.

Adoniram Sanches Peraci, secretário Nacional de Agricultura Familiar, afirma que é necessária uma campanha maciça de sindicatos e entidades ligadas à agricultura familiar para esclarecer o direito do agricultor à conta governamental. **(JOSÉ MASCHIO)**

Cassel ressalta o aumento do crédito às trabalhadoras na Marcha das Margaridas – Sítio Eletrônico do MDA – 21/08/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou nesta terça-feira (21), durante a abertura da terceira edição da Marcha das Margaridas, que em três anos o acesso de mulheres ao crédito triplicou. Ele enfatizou ainda o papel propositivo das trabalhadoras rurais para o desenvolvimento sustentável e saudou o encontro que, segundo os organizadores, reúne cerca de 30 mil mulheres de todo o País até quarta-feira (22).

Cassel avaliou na abertura do encontro que a pauta apresentada pela Marcha em 2003 "avançou e fez o Governo avançar". Ele citou como exemplo o acesso das mulheres ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "Nesta safra,

será destinado R\$ 1,7 bilhão em créditos para as trabalhadoras rurais. Ou seja, triplicamos o acesso ao crédito para as mulheres, que era de R\$ 568 milhões há três anos”.

Outro passo importante dado para o reconhecimento de igualdades entre homens e mulheres, destacado pelo ministro, foi a titulação conjunta em Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Estabelecemos a titulação conjunta entre homens e mulheres, que é decisiva para a igualdade de gênero nos Projetos de Assentamento. Além disso, com Portaria em vigor desde o ano passado, definimos que sempre que houver um homem e uma mulher reivindicando terra para assentamento, será dada prioridade à trabalhadora rural”, disse, sendo aplaudido pelas mulheres participantes do evento.

Autonomia econômica e social

Cassel salientou a importância das mulheres para o crescimento econômico e social brasileiro. “No momento em que se discute desenvolvimento em nosso País, devemos enfatizar que esse crescimento passa pela reforma agrária massiva e de qualidade e pelo apoio à agricultura familiar. Um desenvolvimento mais justo e solidário começa pela conquista da autonomia econômica e social das mulheres. Esse é o nosso desafio”.

Os mutirões de documentação das trabalhadoras rurais em todo o País foi outro avanço obtido com a pauta da Marcha das Margaridas. “Através da pauta dos movimentos de mulheres nos últimos três anos, nós, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos governos estaduais e dos movimentos sociais, arregaçamos as mangas para fazer os mutirões de documentação das trabalhadoras rurais. Foram 25 mil mulheres atendidas e mais de 458 mil documentos emitidos para agricultoras de todo o Brasil. Pela primeira vez, elas tiveram sua cidadania reconhecida”.

Índices de produtividade

Durante a abertura da Marcha, a coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carmen Foro, frisou que a revisão dos atuais índices de produtividade é fundamental para que as mulheres tenham acesso à terra. “O modelo de economia deve ser um modelo que contemple a agroecologia e que reduza as desigualdades entre homens e mulheres no campo”, afirmou Carmen.

O lema da Marcha das Margaridas deste ano é Duas Mil e Sete Razões para Marchar e, de acordo com os organizadores, da Contag e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), estão reunidas cerca de 30 mil mulheres para discutir temas como: soberania, segurança alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária, entre outros.

PRORROGAÇÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007

O BB definiu os critérios de prorrogação das dívidas agropecuárias das safras de 2003/4 a 2005/6, vencidas e a vencer neste ano. As de custeio de soja, algodão, arroz, milho e trigo são prorrogadas por um ano após o vencimento da última parcela.

INVESTIMENTOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007

Para as dívidas de investimentos (Moderfrota, Prodecoop e Finame), o pagamento mínimo é de 30% da parcela deste ano. O restante será prorrogado por um ano após o final do contrato. Será concedido bônus de 15% para quem pagar parte ou o total dessa parcela.

PAGAMENTO MÍNIMO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 25/08/2007

Já no caso das dívidas do Modeagro, Moderinfra, Prodeagro, Prodefruta, Progerrural, Propflora e Pronaf Investimento, o pagamento mínimo é de 20%, com direito a prorrogação do restante por um ano e bônus de 5% sobre o valor da parcela.

Técnico da SAF destaca zoneamento e novidades no Seguro da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 28/08/2007

Nos últimos dias 20 e 21, em Porto Alegre (RS), foi realizada a reunião da 4ª Turma de Julgamento Regional – Comissão Especial de Recursos (CER) para o julgamento de recursos de produtores que tiveram seus pedidos de cobertura do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)/Proagro indeferidos (total ou parcialmente) pelo agente financeiro e que não concordaram com a decisão. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) faz parte do colegiado e foi representado pelo técnico da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Maurílio Canut.

Na reunião, foram votados 279 recursos com diversos motivos de indeferimento. De acordo com Canut, em vários processos apresentados e votados pela CER constava a ausência de documentos adicionais ou novos que pudessem modificar a decisão. Nesses casos, manteve-se o indeferimento.

O técnico destacou na comissão a necessidade do cumprimento das normas, principalmente no que diz respeito ao zoneamento agrícola e dos prazos estabelecidos no Manual de Crédito Rural (MCR). O representante da SAF/MDA aproveitou a reunião para apresentar ao colegiado as novas normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional para a safra 2007/2008.

Crédito do Pronaf é tema de capacitações de técnicos em cinco estados – Sítio Eletrônico do MDA – 28/08/2007

A utilização dos créditos rurais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as políticas para a reforma agrária serão temas de capacitações nos estados do Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Goiás. Desta quarta (29) a sexta-feira (31), o curso acontece na cidade de Caucaia (CE), no Centro de Treinamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

Essas ações serão realizadas pelas secretarias de Agricultura Familiar (SAF), de Reordenamento Agrário (SRA) e de Desenvolvimento Territorial (SDT) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob a organização e coordenação das Delegacias Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A capacitação iniciou nos estados em março deste ano com o objetivo de capacitar os técnicos das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituições financeiras e outros parceiros envolvidos com os créditos rurais sobre a utilização desses recursos na agricultura familiar e reforma agrária.

O técnico da área de crédito da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), José Feldkircher, lembra da importância da assistência técnica, da formação e da capacitação dos técnicos para que possam melhor assessorar as famílias na definição e implantação de bons projetos produtivos viáveis na busca do desenvolvimento econômico e social.

Em setembro, será a vez da capacitação nos estados de Santa Catarina (11 a 13/9), Minas Gerais (17 a 19/9), Bahia (18 a 20/9) e Goiás (26 a 28/09).

Temas a serem abordados

A programação do seminário prevê a discussão de temas como: normas de utilização dos créditos; os créditos como instrumento de desenvolvimento; assistência técnica e extensão rural na reforma agrária; mecanismos de comercialização na agricultura familiar; elaboração de projetos técnicos; normas de crédito e assistência técnica e extensão rural; Portarias publicadas para a reforma agrária; normas internas dos bancos para a elaboração e análise de projetos; licenciamento ambiental; e apresentação de experiências exitosas, entre outros.

Decreto Presidencial formaliza rebate sobre parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 29/08/2007

Foi publicado nesta quarta-feira (29), no Diário Oficial da União, Decreto Presidencial que dispõe sobre a concessão de rebate sobre as parcelas com vencimento em 2007 de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os bônus se aplicam tanto a operações de investimento quanto de custeio.

O Decreto formaliza decisão anunciada no último dia 17 de agosto e, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ocorre dentro do prazo acordado com os movimentos sociais. O próximo passo, para que a medida seja efetiva junto aos bancos, é a aprovação no Conselho Monetário Nacional (CMN).

A renegociação das dívidas dos agricultores familiares foi discutida por um grupo de trabalho, formado pelo Governo Federal (com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda) e por movimentos sociais. Conforme cálculos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a medida deve beneficiar este ano 1,6 milhão de famílias em todo o País.

“Trata-se de um conjunto de medidas que soluciona, de uma vez por todas, os débitos antigos dos agricultores familiares”, destaca o ministro Cassel. Ele ressalta que, daqui para a frente, todos os problemas causados por intempéries ou oscilação de preços serão enfrentados com o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e com o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). “Isso significa que conquistamos um padrão superior de estabilidade para a agricultura familiar”, enfatiza.

Os bônus para renegociações de dívidas nos contratos de custeio variam entre 15% e 35% (nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006). Já para os contratos de investimento serão de até 18% (para as parcelas com vencimento em 2007). O valor total previsto pelo MDA em bônus para os agricultores familiares é de R\$ 330 milhões.

Fora de compasso I – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 30/08/2007

Mais uma vez o Moderfrota foi operacionalizado em descompasso com a safra agrícola. Segundo o empresário Newton de Mello, ex-presidente da Abimaq, todo ano o programa fica parado por cerca de 45 dias nos meses de julho e agosto, justamente no período em que o programa é necessário. "O inimigo é a burocracia", diz Mello.

Fora de compasso II – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 30/08/2007

O empresário explica que a cada 12 meses a Secretaria do Tesouro reedita a portaria que reinstalou a garantia da linha. Sem ela, a linha não pode ser operacionalizada. Neste ano, a reedição ocorreu apenas no último dia 10, provocando paralisação de 40 dias na liberação dos financiamentos e, portanto, na entrega das máquinas.

SAF inicia rodada de cursos sobre Seguro da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) dará início, nos dias 05 e 06 de setembro, no Paraná, à rodada nacional de Cursos sobre Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Nessa primeira etapa, os trabalhos serão realizados na Região Sul. Em Santa Catarina, os cursos estão agendados para os dias 13 e 14 do mesmo mês e no Rio Grande do Sul, as atividades serão nos dias 18 e 19.

Dois grandes temas integram o programa de formação dos cursos. A abordagem sobre Comprovação de Perdas no SEAF é voltada a peritos em seguro, ou seja, técnicos que atuam em empresas ou como autônomos na realização de perícias. O curso sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem como público direto os próprios segurados.

Preocupada, porém, em atingir o maior número de beneficiários e técnicos envolvidos, a SAF vai oferecer mais duas modalidades diferentes para cada um dos temas, sendo que uma será voltada a dirigentes de entidades da agricultura familiar e seus multiplicadores e outra específica para técnicos.

O Curso de Comprovação de Perdas no SEAF vai tratar, de forma específica, assuntos considerados fundamentais para o êxito nos procedimentos junto aos agricultores familiares. Entre eles, condições operacionais do SEAF, normas e requisitos técnicos de periciamento, laudo de perícia, novo Sistema de Certificação e Cadastramento de Peritos.

No caso do Curso de Ater para Segurados, serão discutidos temas importantes para os agricultores familiares, como o motivo da adesão compulsória ao SEAF e o papel da ATER no esclarecimento das políticas relacionadas ao crédito do Pronaf, além da necessidade de aplicação total do recurso na atividade financiada.

Todos os cursos terão duração de 8 horas e o número de vagas varia entre 50 e 40 participantes. Os interessados devem procurar outras informações nas Empresas Oficiais de Assistência Técnica ou nas Delegacias do MDA dos seus respectivos estados.

Segundo coordenador geral do SEAF (SAF/MDA), Luiz Carlos Zukowski, a Secretaria tem o objetivo de divulgar as informações sobre o Seguro da Agricultura Familiar entre os públicos a ele relacionado, sejam agricultores, peritos, dirigentes ou técnicos. Visa, ainda, ampliar as atividades de capacitação voltadas aos técnicos e peritos e que sejam adequadas à demanda do SEAF. “O governo federal está preocupado em garantir cada vez mais a qualidade dos serviços do SEAF e entende que o trabalho dos peritos é fundamental para isso”, afirma Zukowski.

Serviço: Cronograma para Setembro 2007

- PR – 5 e 6/09
- SC – 13 e 14/09
- RS – 18 e 19/09

Resolução do CMN confirma regras para rebate das parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 30/08/2007

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu, nesta quarta-feira (29), por meio de Resolução, confirmar a medida anunciada, no último dia 17, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o rebate das parcelas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com vencimento em 2007. Para iniciar a renegociação das dívidas do agricultor, as instituições financeiras precisam, agora, se ajustar à Resolução do CMN.

As regras do rebate também haviam sido formalizadas no dia 29, com a publicação de Decreto Presidencial no Diário Oficial da União. Todas as parcelas do Pronaf que já venceram desde o dia 1º de janeiro de 2007 ou estão por vencer até 27 de setembro deste ano estão com vencimento prorrogado para 28 de setembro de 2007.

Os bônus para renegociação de dívidas nos contratos de custeio variam entre 15% e 35% (nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006). Já para os contratos de investimento, serão de até 18% (para as parcelas com vencimento em 2007). O valor total previsto pelo MDA em bônus para os agricultores familiares é de R\$ 330 milhões. A medida beneficiará 1,6 milhão de famílias, sendo seiscentas mil delas enquadradas no grupo B do Pronaf.

Negociação conjunta

As medidas para concessão do rebate são resultado de sucessivas negociações do MDA com os movimentos sociais e de um diagnóstico do endividamento da agricultura familiar fornecido pelas instituições financeiras. O grupo de trabalho que atuou nesse levantamento incluiu representantes dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária.

“Trata-se de um conjunto de medidas que soluciona, de uma vez por todas, os débitos antigos dos agricultores familiares”, destaca o ministro Guilherme Cassel. Ele ressalta que, daqui para a frente, todos os problemas causados por intempéries ou oscilação de preços serão enfrentados com o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e com o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). “Isso significa que conquistamos um padrão superior de estabilidade para a agricultura familiar”, enfatiza.

As medidas para os contratos de custeio

- Prorrogação dos prazos de vencimento dos contratos da safra 2006/2007 (com vencimento até 27/09/2007) para o dia 28/09/2007. Além disso, há prorrogação do prazo de vencimento de parcelas de 2007 (vencidas ou vincendas até 27/09/2007) de contratos das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006 também para o dia 28/09/2007.

- Bônus de adimplência para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2003/2004 (de 35% para os grupos A/C, C e D e de 20% para o grupo E do Pronaf).

- Bônus para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2004/2005 (de 30% para os grupos A/C, C e D e de 20% para o grupo E do Pronaf).

- Bônus para o pagamento dos contratos prorrogados da safra 2005/2006 (de 20% para os grupos A/C, C e D e de 15% para o grupo E do Pronaf).

- Esses bônus anunciados são complementares aos bônus de adimplência previstos nos contratos do Pronaf dos grupos A/C e C.

- Para os contratos da safra 2006/2007 (de beneficiários do Pronaf com dívidas de safras anteriores), ainda é possível postergar 30% do valor total da parcela que venceria em 2007 para o próximo ano de 2008.

- Há, ainda, a possibilidade de se prorrogar o pagamento da parcela até um ano após o vencimento previsto nos contratos de custeio. Nesses casos específicos, o beneficiário perde o direito ao bônus de adimplência (nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006).

As medidas para os contratos de investimento

- Bônus de 10% para o pagamento integral da parcela de 2007 para os contratos de investimento do Pronaf no grupo B.

- Bônus de 18% para pagamento integral das parcelas dos contratos de investimento que vencem em 2007, em todos os demais grupos do Pronaf.

- Observação: essas medidas são válidas para as parcelas com vencimento em 2007, desde que os beneficiários estejam adimplentes com as parcelas vencidas até 31/12/2006.

- Há ainda, a possibilidade de se pagar 20% da parcela e prorrogar os outros 80% até um ano após o vencimento previsto nos contratos de investimento. Nesses casos específicos, o bônus de adimplência é de 5%.

Ruralistas iniciam nova ofensiva para rolagem de dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007

Deputados da bancada ruralista e do núcleo agrário do PT iniciaram nova ofensiva para tornar viável a terceira renegociação geral das dívidas rurais desde 1995. Em nome de um grupo de trabalho criado pelo governo para estudar o tema, os parlamentares apresentaram ontem um anteprojeto de lei que prevê a rolagem de pelo menos R\$ 70 bilhões em dívidas vencidas e a vencer por até 30 anos.

A proposta, batizada como Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural, beneficiaria cerca de 400 mil produtores do país, desde assentados da reforma agrária, passando por agricultores familiares até grandes proprietários.

A pouco mais de um ano das eleições municipais de 2008, o Congresso busca agradar suas bases políticas. E têm um motivo bastante urgente: até o fim do ano, um volume de R\$ 13 bilhões em débitos de 125 mil operações serão lançados como dívida ativa da União, segundo levantamento oficial. Com isso, os produtores inadimplentes passam a ser cobrados por via judicial e ficam impedidos de obter empréstimos e certidões negativas ou fazer contratações diretas com órgãos públicos. O problema pode ficar maior - o estoque das 512,6 mil operações transferidas ao Tesouro é de R\$ 33 bilhões.

Além dos compromissos com o Tesouro, o novo programa, que deve ser aprovado na próxima semana pela Comissão de Agricultura da Câmara, inclui o refinanciamento de R\$ 49 bilhões em débitos com programas de investimento, cujo prazo médio é de sete anos. Também abrange R\$ 8,7 bilhões em dívidas com operações de custeio já prorrogadas nas safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06.

Apoiado por deputados de todos os matizes ideológicos, o texto do anteprojeto foi levado ao ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. "Queremos paz para trabalhar. A todo momento essa espada das dívidas está pesando sobre nossas cabeças", resume o deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato). "Somos da base do governo e precisamos de reciprocidade".

A proposta da Câmara prevê um recálculo geral de todas as dívidas já renegociadas a partir de 1995 sem o acréscimo de encargos de inadimplência, mora, multas, taxas e honorários de advogados. Depois disso, os débitos seriam corrigidos pela TJLP ou equivalência-produto. Os produtores teriam prazo máximo entre 20 e 30 anos para saldar o refinanciamento, dependendo do porte das propriedades. Haveria ainda prazo de carência até outubro de 2009. "Precisa ajustes, mas a idéia é interessante. Se não tratar de forma sistêmica, não sei onde vamos parar", diz o vice-presidente da Comissão de Agricultura, Assis do Couto (PT-PR).

Para rolar os débitos, os produtores pagariam juros anuais de 2,5% em caso de assentados e familiares ou 3% nos demais casos. Pela nova lei, as parcelas da dívida seriam limitadas a 1,5% (pequenos) ou 3% (médios e grandes) do faturamento bruto.

Além disso, seriam aplicados bônus cumulativos de até 30% ou 45%, segundo o porte, nas parcelas anuais em caso de pagamento em dia ou antecipado. O texto também prevê a criação de descontos baseados na TJLP ou na taxa Selic para eventuais liquidações totais da dívida total. Os bancos ficariam proibidos de negar crédito ou fazer restrições cadastrais aos beneficiários do programa.

Na proposta, os deputados buscam, ainda, a reavaliação, substituição e liberação das garantias vinculadas às operações quando os valores superarem 30% dos bens relacionados. Outro artigo sugere a suspensão das execuções judiciais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A medida cria um seguro prestamista obrigatório, que seria utilizado em caso de frustrações de renda ou de safra causados por problemas climáticos ou ocorrência de pragas. Um fundo pagaria a parcela anual.

O programa vai além, porém, das questões rurais ao impor multa de 10% aos bancos que não cumprirem uma aplicação obrigatória de 30% dos depósitos à vista (exigibilidades), hoje em 25%. Os bancos também seriam multados se aplicassem mais de 20% de seus recursos em programas a juros livres.

Plano Safra 2007/2008 prevê R\$ 1,4 bilhão para agricultores familiares de SC – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2007

O Plano Safra 2007/2008 vai disponibilizar R\$ 1,4 bilhão para os agricultores familiares de Santa Catarina. O valor deve beneficiar aproximadamente 218 mil produtores nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, participou do lançamento deste Plano Safra pelo interior de Santa Catarina, que teve início na última quinta-feira (30), nas cidades de Mafra e Rio do Sul. Nesta sexta-feira (31), a agenda ainda inclui os lançamentos em São Miguel D'Oeste, Chapecó, encerrando as atividades na cidade de Joaçaba, às 19 horas, na sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC).

Na safra 2006/2007, foram aplicados em Santa Catarina aproximadamente R\$ 722 milhões (dados preliminares) – cerca de R\$ 471 milhões a mais que o valor da safra 2002/2003 no estado (R\$ 250 milhões). Na assistência técnica, os recursos aplicados nos quatro últimos anos alcançaram a marca de R\$ 19 milhões.

Segundo Peraci, são muitos os benefícios alcançados pelas famílias que recebem o auxílio da assistência técnica, já que elas passam a utilizar melhor o solo, a diversificar os gêneros cultivados e a ter maiores cuidados com seus hábitos de higiene e alimentares. Além disso, os agricultores têm a possibilidade de aumentar sua renda, conquistar novos mercados e aproveitar melhor a mão-de-obra.

Juros mais baixos

Em todo o Brasil, o Governo Federal, por intermédio do MDA, vai disponibilizar R\$ 12 bilhões em crédito rural para a safra 2007/2008. São R\$ 2 bilhões a mais que na safra passada. Além do aumento de recursos, o novo Plano Safra da Agricultura Familiar traz juros mais baixos, variando de 0,5% a 5,5% ao ano. Na safra anterior, os juros do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Essa redução beneficiará, principalmente, as famílias de mais baixa renda.

Nova linha de crédito

Entre as outras importantes novidades anunciadas pelo secretário da SAF/MDA para a safra 2007/2008 no interior catarinense estão o aumento de recursos para a assistência técnica e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO; e mais crédito para a diversificação – as famílias que contratarem financiamentos de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20%, para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

“Este novo Plano Safra inaugura o processo de mais qualificação do crédito do Pronaf, com o apoio à extensão rural por meio da aplicação de recursos nas empresas estaduais de assistência técnica, nas organizações não-governamentais (ONGs), nas cooperativas, no incentivo às principais cadeias produtivas (como o café e o leite) e no que chamamos de qualificação para o desenvolvimento rural. Viramos a página da dificuldade de acesso ao crédito e, agora, temos como desafio a qualificação”, pondera Peraci.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

